Escala geográfica: da ação ao império?

Escala geográfica: de la acción al império?

Geographical scale: from action to empire?

María Laura Silveira

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq.
Cidade de São Paulo. Estado de São Paulo. Brasil.
Endereço: Av. Professor Lineu Prestes, 338
CEP: 05508-900 - Butantã - São Paulo, SP.
Telefone: 3091-3769.
laurasil@usp.br

Resumo: Este artigo discute o conceito de escala em geografia. Em primeiro lugar, são analisadas as premissas que associam escala geográfica e cartográfica, as afirmações de que o valor da variável muda com a escala e a aceitação da escala como uma definição *a priori* da pesquisa. Em segundo lugar, o espaço é visto como um conjunto de formas e eventos. São estes que produzem formas, arranjos, um tamanho do acontecer, uma realidade construída que chamamos escala do império. No momento seguinte, transformam-se o fenômeno dominante e a área de dominância. As ações, cuja escala se amplia, criam uma nova extensão, uma nova escala do império. Escolher as variáveis-chave produtoras dos fenômenos, a cada período histórico, seria, portanto, uma tarefa que antecederia o reconhecimento das extensões e suas representações.
Palavras-chave: escala da ação - escala do império - eventos - periodização - normas.

Resumen: Este artículo discute el concepto de escala en geografía. En primer lugar, se analizan las premisas que asocian escala geográfica y cartográfica, las afirmaciones de que el valor de la variable cambia con la escala y la aceptación de la escala como una definición *a priori* de la investigación. En segundo lugar, el espacio es visto como un conjunto de formas y eventos. Son éstos los que producen formas, ordenamientos, un tamaño del devenir, una realidad construida a la cual denominamos escala del imperio. En el momento siguiente, se transforman el fenómeno dominante y el área de domínio. Las acciones, cuya escala se amplía, crean una nueva extensión, una nueva escala de imperio. Escoger las variables-clave productoras de los fenómenos, en cada período histórico, sería, por lo tanto, una tarea que precede al reconocimiento de extensiones y sus representaciones.
Palabras-clave: escala de acción - escala de imperio - eventos - periodización - normas.

Abstract: This paper discuss the concept of scale in geography. Firstly, we have argued the premises that have associated geographical scale and cartographical scale, the affirmations that the value of the variables changes with the scale and the acceptance of scale definition by an *a priori* in the research. Secondly, space is seen just an ensemble de forms and events. These events tend to produce forms, organizations, a dimension of history, a building reality that we can name empire scale. At the next moment change the dominant phenomenon and the domain area. Actions, which its scale enlarges, create a new extension, a new empire scale. To choose the key-variables which produce the phenomenons, in each period, is a task that precedes the identification of the extensions and its representations.
Key-words: action scale - empire scale - events - periodization - norms.

Introdução

Uma enorme literatura discorre sobre a questão da escala em geografia e, amiúde, converge para alimentar um debate circular e tautológico. Atônitos, debruçamo-nos sobre esse problema - será um problema? - e descobrimos a recorrência de três premissas centrais: a crítica à analogia da escala geográfica com a cartográfica e, com freqüência, a ausência ou recusa à elaboração de uma proposta metodológica alternativa; a afirmação de que o valor da variável muda com a escala e, por fim, a aceitação da escala como uma definição *a priori* na pesquisa geográfica. A segunda premissa reforçaria, de algum modo, a primeira porque a escala é entendida como um problema de aproximação, um *zoom* do pesquisador sobre um dado território. E a última das proposições depreende-se, também, das anteriores, uma vez que considera a escala como um alicerce do processo de pesquisa. Definida *a priori* as variáveis, a escala acabaria por apontar sua escolha.

É um modo de ver tão cristalizado que redunda em uma dificuldade de romper com esse modelo. Isso, talvez, não seja preciso, mas resulta necessário sugerir outras formas de abordagem. Não proporemos, aqui, um sistema de idéias, que exigiria uma maior reflexão e amadurecimento, mas apenas alguns pontos para a discussão. Todavia, a busca de outros enfoques da questão é uma tarefa hercúlea, pois continuamente esbarramos nos raciocínios historicamente consolidados, que mostram o peso da idéia geométrica do espaço.

Da geometria do espaço à complexização da geografia do mundo

A inconveniência da analogia escala cartográfica-escala geográfica é assinalada com persistência por vários autores. Ela procede e reafirma uma concepção geométrica do espaço. Na opinião de Christian Grataloup (1979, p. 74), essa sinonímia de escalas revela um "empirismo matemático", pois "espaço idealizado e *demarche* empirista são as duas faces de uma mesma realidade".

Não há dúvidas sobre a real e necessária existência de uma escala que é o fundamento técnico e metodológico da cartografia. Instrumento precioso da nossa disciplina, a cartografia permitiu um legado como o *Tableau de la Géographie de la France* de Vidal de la Blache. A escala cartográfica permite traçar desenhos, limites e estabelecer modelizações sobre um espaço idealizado. Essa tradição da formalização em geografia é coroada, quiçá, com o enorme esforço de R. Brunet (1990, p. 119; 2001) na sua proposta dos coremas. Por meio de sete signos básicos, esse autor busca exprimir todas as organizações espaciais. Os coremas, defende J. Scheibling (1994, p. 82), constituem uma forma de alfabeto que permite analisar e representar do espaço local ao sistema-mundo. Uma sofisticada semiologia para um espaço geométrico.

Um autor como J. Agnew (1993) assevera que distinguir escalas ou níveis de análise foi inicialmente um instrumento taxonômico para diferenciar áreas de estudo e níveis de generalização e causalidade.

Impõe-se, todavia, uma questão. Será que há uma escala geográfica, distinta da concepção geométrica e topológica em que o debate parece sempre desembocar? Como

explica I. E. de Castro (1995, p. 118), "o empirismo geográfico satisfez-se, durante muito tempo, com a objetividade geométrica associando a escala geográfica à escala cartográfica". É o reconhecimento de subdivisões, subespaços, regionalizações, produzidos na história do território, que pareceria nos conduzir ao problema da escala geográfica. Discutindo a diferenciação entre escala cartográfica e geográfica, Grataloup (1979, p. 73) critica o raciocínio inverso da lógica geográfica que propõe partir da dimensão para chegar à qualificação. O caminho é percorrido atravessando várias soleiras: o espaço local, internacional, etc., cuja demarcação é, afinal, fortuita. E, buscando mostrar que o relevante é descobrir a lógica dos fenômenos, Grataloup (1979, p. 76-78) indica que cada escala geográfica, cada hierarquia de nível de análise do espaço social pode ser entendida como um "encaixamento de estruturas". Nessa trama conceitual certamente superadora, o autor, porém, parece incorrer em um esquecimento do mundo, como base para recortar e compreender o espaço, quando assevera que se trata de uma autonomia de explicação e não de funcionamento dessas estruturas (Grataloup, 1979, p. 76).

Mas, será uma escala geográfica um encaixamento de estruturas ou a extensão de um feixe de eventos sobre aquilo que Milton Santos (1971) chama de "rugosidades"?

Para Jacques Lévy (1999, p. 395), a delimitação de escalas e dos níveis delas decorrentes depende das características do espaço, sobretudo da substância dos seus fenômenos e das métricas que os comunicam. Não existiriam, assim, umbrais absolutos, válidos para toda configuração espacial. Essa pretensão de recorte único foi encarnada, durante longo tempo, pela idéia de região, a "expressão da escala única" da geografia tradicional (J. Lévy, 1999, p. 120), que autorizava a elaboração de monografias. Mas, assim como a proposta a-escalar de Peter Haggett com sua *locational analysis*, outras surgiram para evidenciar a existência de escalas que vão do local ao mundial. É o fractalismo que resistiu à ditadura da escala única (J. Lévy, 1999, p. 126).

Caracterizando nossa disciplina como grande consumidora de escala no seu discurso e não-avara nas suas lógicas de recorte, R. Ferras (1992, pp. 405-403) assinala que "todo avanço em geografia repousa sobre a combinação e a passagem incessante de uma escala para outra" (1992, p. 406). Operacionalizando suas idéias com o exemplo de Languedoc-Rousillon, o autor (1992, p. 413) subordina seu enredo a uma visão cartográfica da escala, na qual uma função criadora da identidade do lugar - o lazer - é enxergada somente quando chegamos ao nível geográfico europeu. Como pode permanecer oculta, na chamada escala mundial, uma função que é responsável pelas existências no lugar e pela "produtividade espacial" (M. Santos, 1993, p. 165)? Ela somente pode permanecer mascarada quando uma visão escalar se antepõe ao reconhecimento das variáveis significativas.

Forma, tamanho, desenho são atributos de uma geometria do espaço. Tempo e forma constituem dados de um processo, frutíferos para a construção de novos conceitos. A funcionalização dos eventos cria e recria formas materiais. Trata-se, desse modo, de captar a vida nas formas, um enfoque que possa ser, a um só tempo, genético, morfológico e dialético porque movimento é um outro nome para a contradição. O resultado é um contínuo fazer e refazer de formas e limites.

Nos albores da história, a organização do espaço mudava lentamente, presa do peso dos fatores naturais que marcavam a produção da escala da vida. Os limites eram, por conseguinte, praticamente fixos e a vida, circunscrita aos lugares. A introdução de

fatores de complexidade e a ampliação dos dinamismos, sobretudo a partir dos acréscimos de ciência, tecnologia e informação, imprimem grandes acelerações e os limites são, a cada momento, recriados. Por isso, enquanto os limites de uma região metropolitana ou de uma área moderna de cultivo anual são, hoje, rapidamente transformados, uma região como a Amazônia (embora exista a definição da Amazônia Legal), onde os conteúdos naturais são ainda relevantes, denota um recorte mais estável.

Havendo significado uma contribuição ao pensamento geográfico, essa concepção geométrica é questionada pela história do presente. Face a um período de globalização e fragmentação do território, alguns conceitos, e entre eles a escala geográfica, não são alheios a essas transformações e devem ser submetidos à discussão, ao risco de se tornarem desprovidos de valor na pesquisa.

Dentre os diversos pontos de partida nessa discussão, o continente e o conteúdo poderiam, quiçá, permitir algumas reflexões. Atreladas ao continente, certas premissas consideram a representação – o mapa e os recortes espaciais – uma bússola na viagem geográfica. Essa parece ser a proposta de Y. Lacoste (1980, p. 106) quando convida a observar os múltiplos conjuntos espaciais e, mais enfaticamente, as interseções pois, reconhece, cada conjunto isolado é um conhecimento abstrato e parcial da realidade. Descrevendo profusamente situações do Terceiro Mundo, o autor (1980, p. 113) assinala as diferenças de grau de abstração e de extensão espacial dos conjuntos como as características epistemológicas basilares do raciocínio geográfico. Esse é o problema da escala que ele também define como o problema dos diferentes espaços de conceituação. Entrecruzando um aspecto da realidade com uma discussão sobre o tamanho e a abstração, Lacoste parece não romper com uma vocação geométrica do espaço que serve de base a uma geografia particular, a uma representação de um subcampo da geografia. Uma violência analítica, herdada do divórcio entre tempo e espaço, acaba por distorcer a complexidade do arranjo espacial.

Às perspectivas do continente preferimos opor a busca pelo conteúdo do território. É a funcionalização dos eventos no lugar que produz uma forma, um arranjo, um tamanho do acontecer. Mas, no instante seguinte, outra função cria outra forma e, por conseguinte, outros limites. Muda a extensão do fenômeno porque muda a constituição do território: outros objetos, outras normas convergem para criar uma organização diferente. Muda a área de ocorrência dos eventos (M. Santos, 1996, p. 119). Daí a periodização ser um conceito-chave na interpretação do refazimento dos conteúdos do território e dos limites das regiões. Nos últimos quarenta anos, aumenta o tamanho da Região Metropolitana de São Paulo, mas isso ocorre, também, porque varia seu conteúdo. Transformam-se o fenômeno dominante e a área de dominância. Por outro lado, a cultura de laranja substitui o café em várias porções do Estado de São Paulo e as cidades interioranas mudam de função e de tamanho, sua vida de relações aumenta e especializa-se. As variáveis mudam de um período para outro, mas, quando analisadas num dado corte temporal, sua função e seu valor permanecem e resultam independentes daquele olhar "escalar" – no sentido de maior ou menor proximidade – que muitos pesquisadores se empenham em construir.

A idéia de escala como um ponto de partida e essa preocupação com o continente não nos estariam referindo a um outro debate histórico, porém infrutífero, sobre o espaço considerado unicamente como materialidade? E se a escala deve ser fixada *a*

priori, qual seria o coeficiente de arbitrário nessa escolha? Qualquer escorrego nessa escolha faria, então, com que nossa interpretação fosse completamente modificada? Essa parece ser, de alguma maneira, a posição de A. Bailly e H. Beguin (1982, p. 62) quando advertem que, mudando de escala geográfica, não só se estuda uma problemática e objetos diferentes, mas também se obtêm resultados matizados. Na sua obra introdutória, esses autores reconhecem, reeditando antigas dicotomias, a existência de uma escala geográfica e de uma escala temporal. Enquanto à primeira é reservada somente uma concepção geométrica, a escala temporal é caracterizada por um tempo *événementiel* e por um tempo longo.

A escala, entendida como extensão da organização dos fenômenos ou como um dado da organização, vem depois e constitui, assim, uma manifestação do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que forma o espaço (M. Santos, 1991). A combinação de fins e meios muda ao longo do tempo e, com ela, a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão; por isso a escala é um limite e um conteúdo que se transformam ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local (M. Santos, 1996, p. 120).

Nessa direção, N. Smith (1984, 1988, p. 195) critica a apresentação das escalas geográficas como uma questão indiscutível que se acompanha, também, da falta de uma explicação sobre sua gênese. O que produz as escalas, acrescenta o autor (1984, 1988, p. 195-196) é a distinta fixação do capital no espaço e daí a sua relevância para a compreensão do desenvolvimento desigual. Em um artigo mais recente, N. Smith (1993, p. 106) afirma que o acesso diferencial ao espaço concede um poder diferencial para as pessoas construirem suas escalas espaciais de vida. É nessa perspectiva que a escala é vista como um resultado provisório, momentual, da busca do capital por uma alocação no território.

Será que pela confluência de fatores políticos, econômicos, culturais e espaciais uma escala nos é dada *a priori*, isto é, a escala da formação socioespacial? Todavia, as escalas referidas às regionalizações de um país (como reconhecimento de subespaços com uma dada identidade num território nacional e não no sentido de criar regiões por meio de ações de planejamento) só poderão vir como resultado da pesquisa e, assim, evitarão ser um estorvo no processo de descoberta intelectual.

A totalização, a escala da ação e a escala de império: o papel das normas

Considerando a história como um processo de totalização no sentido sartriano (J. P. Sartre, 1979), poderiamos detectar, a cada momento, a funcionalização de uma totalidade, o espaço geográfico (M. Santos, 1993). Mas é a própria incompletude o que faz com que o processo não se detenha e, portanto, avance além do império da realidade construída. Essa totalidade se fazendo, que é também sinônimo de ação e de organização, apresenta-se em uma multiplicidade de vetores. Estes poderiam ser entendidos a partir de uma escala da ação, que faria alusão à origem e aos destinos dos vetores em cada totalidade, em cada momento do mundo. Já em 1971, na sua obra *Le métier du géographe en pays sous-développés*, Milton Santos identificava, como uma necessidade da pesquisa, a diferenciação entre uma escala da ação e uma escala do resultado.

Ph. e G. Pinchemel (1988, 1994, p. 42) valem-se, também, do conceito de escala de ação para afirmar que "os agentes geográficos exercem seus poderes a escalas desiguais, nas dimensões das áreas territoriais que eles comandam", mas alertam que é preciso não negligenciar a soma de microdecisões, pois suas conseqüências ultrapassam sua escala de ação. Apesar de não se distanciar de uma noção de recorte territorial *a priori*, A. Dauphiné (1984, 1991, p. 47) ressalta uma segunda realidade, próxima da idéia de escala de ação, quando assevera que o valor de um dado ponto é função de processos se dando a diferentes níveis (local, regional, internacional).

Mas existe uma totalidade prévia, um mundo construído. É um arranjo de objetos e normas que, ao mesmo tempo que é transformado, obriga os vetores a uma adaptação. A esse fenômeno poderiamos chamar de escala de império, um verdadeiro limite normativo, porque material e organizacional, ao processo de totalização. É a extensão da ação de fato funcionalizada. Enquanto a escala da ação é constituída de tempo: o tempo global, o tempo nacional, o tempo local, a escala de império faz alusão ao tempo empiricizado, um tempo objetivado (H. Isnard, 1985): a escala mundial hoje, a escala da formação socioespacial, a escala do lugar. E, como assevera J. Attali (1982, p. 289), "o tempo poderá organizar-se em cada lugar de uma forma própria, segundo o sentido dado nesse lugar ao futuro, necessariamente mutante e complexo".

A noção de difusão espacial de T. Hägerstrand (1962) permitir-nos-ia, quiçá, ilustrar a idéia de tempo empiricizado: o tempo da inovação é um tempo empiricizado em um objeto e em um lugar que produz uma escala de império local e, ao se difundir, a inovação aumenta a escala de império, a área de dominância de um conteúdo material-organizacional.

Escala como possibilidade e como rugosidade, duas faces de um processo complexo de rearranjo das geografias do mundo. A ação cria instabilidade e conflitos entre os agentes e, portanto, novos limites; a materialidade cria inércia e resistência à mudança.

O mundo perfaz-se, hoje, graças às formas puras de teleação que buscam impor, nos lugares, acréscimos de ciência, técnica e informação. Por isso, a ação global torna-se tão eficaz. Por exemplo, as diversas empresas de uma *holding* formam, hoje mais do que antes, um verdadeiro subsistema territorial, no qual uma unidade de produção é convocada, em algumas horas, a se deslocar de uma cidade para outra em função da diversa e mutante produtividade dos lugares. É assim que a organização dessa *holding* determina, com o apoio ou com o consentimento do Estado, a escala do acontecer. Desenham-se, assim, trilhas "transcalares", para utilizar um termo de C. Raffestin (1984, 1991, p. 190). Embora discordemos de B. Debarbieux (1996, p. 14-15) quando reduz o espaço geográfico à materialidade, ele nos traz uma noção menos rígida porque menos geométrica da escala. Discorrendo sobre o lugar simbólico, ele declara que se inscreve em duas escalas que se chocam: a da sua localização e a do território ao qual se refere.

O lugar surge como o reino da superposição de vetores e rugosidades, onde o acontecer tem uma extensão e uma densidade. A extensão significaria a escala de império e a densidade ganha diversas formas: técnica, informacional e normativa. A densidade técnica, propõe M. Santos (1994, 1995, p. 134), "é dada pelos diversos graus de artifício", enquanto a densidade informacional se refere aos "graus de exterioridade

do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores". A própria força das normas, no período contemporâneo, cria homogeneidades e heterogeneidades no território e permitir-nos-ia falar, assim, em uma densidade normativa. É a imposição das leis do mercado e de outras normas globais que, revogando a multiplicidade de marcos normativos nos países e lugares, torna maior a densidade normativa (M. L. Silveira, 1997). A densidade normativa é, a um só tempo, causa e conseqüência do esvaziamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação. As *free-zones*, os paraísos fiscais, as bolsas de valores, onde a ação global impõe suas normas sob o amparo do Estado nacional, são, quiçá, os exemplos mais claros. Mas é, também, o caso de uma área industrial, onde as firmas usufruem de normas diferentes daquelas do resto do território nacional. Ocupando uma dada extensão, essa funcionalização pode ser ampliada ou reduzida por uma decisão organizacional pública, pela pressão das firmas ou pela incorporação de novos agentes. É o caso da chamada desregulação, uma nova forma de organização, que transforma os territórios das firmas e as formas de cooperação e conflito entre as empresas e os segmentos do Estado. Existem, ao mesmo tempo, as normas estaduais e municipais, que podem operar como rugosidades à imposição de um direito positivo homogêneo. A escala do global é, desse modo, deformada. É, outrossim, a hibridação das normas do mercado global com as normas da formação socioespacial que determinam, por exemplo, uma expansão da área de cultivo de laranjas no Estado de São Paulo ou a recriação dos limites da região dos pampas argentinos em função do maior ou menor conteúdo protéico do trigo produzido.

É por isso que o lugar é, também, o cenário do conflito entre forças da globalização e forças da fragmentação. A globalização exprime-se, sobretudo, por meio daquilo que I. Braun e B. Joerges (1992, p. 81-82) reconhecem como o agir técnico e o agir formal. Ambas formas de agir convocam a uma obediência: o primeiro às normas técnicas, o segundo às normas jurídicas e econômicas. A globalização edifica-se com as repetições que são produtoras de uma escala de ação nova e crescentemente eficiente. A fragmentação, a outra face da medalha, decorre, de um lado, da hipertelia dos lugares, criada pelo agir técnico e pelo agir formal, que os torna obsoletos a cada espedaçamento de uma divisão territorial do trabalho; e, de outro lado, de um agir simbólico fundado em formas afetivas, emotivas e rituais (I. Braun e B. Joerges, 1992, p. 81-82), isto é, formas de resistência emanadas do cotidiano do lugar (M. Santos, 1994). É, também, esse cotidiano, rebelde às repetições e às normas mas, talvez, aberto às várias escalas de ação, um complicador para reconhecer as escalas de império. Descobrir as escalas da ação é um desafio do próprio movimento da pesquisa, a delimitação de uma escala de império é um produto (temporário) dessa pesquisa.

Encantamento com a técnica, reencantamento com o pensamento geométrico?

Os progressos dos instrumentos técnicos de observação e de informação - satélites e SIGs - seduzem as diversas disciplinas. Impondo *a priori* uma escala de observação e, portanto, uma delimitação dos subespaços fundamentada na partição do espaço como materialidade, um certo uso desses instrumentos alimenta o risco de atualizar o

pensamento geométrico. Os recortes espaciais não serão, então, retratos proteiformes e mutantes de uma dada organização, mas pedaços contíguos, submetidos a uma observação repetitiva e provadamente eficaz em cortes temporais pré-determinados. Esses instrumentos, porém, não conseguem captar os processos, amiúde invisíveis, que, certamente, não podem ser medidos nem analisados repetitivamente. Alguns desses processos são comandados pela busca do espontâneo e do inesperado em lugares os mais diversos. Serão esses instrumentos capazes de captar as densidades técnicas? Mas, em todo caso, as densidades informacionais e normativas permanecem ocultas. O esquecimento do contraditório poderia nos conduzir a percorrer o caminho inverso, isto é, da complexidade do mundo à concepção geométrica do espaço. Será que a geografia corre o risco de se tornar uma topologia? Não há dúvidas de que, analogamente aos progressos da cartografia nos séculos passados, a geografia ganha em riqueza instrumental e em precisão com os novos recursos da teledeteção (J. L. Dega, 1994). Todavia, é necessário exorcismar o risco de um encantamento com a técnica no singular, que pode se tornar um empecilho para a reflexão teórica, sobretudo para aquela que busca um método para entender o papel das técnicas na constituição do espaço geográfico. São também as técnicas, no espaço, que fazem com que a escala da organização mude a cada dia.

Será que esses inventários, tornados úteis para outras disciplinas, para o Estado e para as firmas, estariam consagrando a geografia como um "saber" de representação da face da Terra, análogo a sua função cartográfica dos séculos XVI e XVII, porém agora sofisticado e fiel pois se trata de fotografias? Será que os geógrafos, hoje como então, buscamos nos instrumentos de representação um status científico e, assim, abandonando a reflexão teórico-metodológica, nos subordinamos a uma idéia de escala cartográfica e satelital *a priori*?

Periodizações, regionalizações e escalas: um debate em aberto

Se uma noção de escala geográfica pode ser construída, ela será, sobretudo, uma noção de tempo, os tempos nos lugares. Periodizações mundiais, nacionais e regionais serão, assim, fundamentais para descortinar as funcionalizações do tempo. Não será a regionalização uma "periodização escalar"? Pois a regionalização, entendida aqui na sua acepção de processo espontâneo, reconstrói, a cada período histórico, as escalas de ação e as escalas de império.

Regionalizações sucessivas denotariam as funcionalizações das totalidades anteriores e nos advertem, mais uma vez, que a escala é um momento, um resultado provisório de um processo histórico. A regionalização atual de um país é uma proposta de escala num momento em que a totalidade foi surpreendida e em que a organização toma uma dada extensão. Novas normas, porém, continuam trabalhando para mudar a organização, sua extensão e densidades.

Delimitados os sistemas de eventos – os períodos –, seria possível detectar de que forma as escalas de ação se tornam escalas de império, isto é, uma chave para elaborar intelectualmente, e depois representar, os recortes territoriais significativos.

Referênicas

AGNEW, John. Representing Space. Space, Scale and Culture in Social Science. In: DUNCAN, James; LEY, David (eds.). *Place/culture/representation.* Londres: Routledge, 1993.

ATTALI, Jacques. *Histoires du temps.* Paris: Librairie Arthème Fayard, 1982.

BAILLY, Antoine; BEGUIN, Hubert. *Introduction à la géographie humaine.* Paris: Masson, 1982.

BRAUN, Ingo; JOERGES, Bernward. Techniques du quotidien et macrosystèmes techniques. In: GRAS, A.; JOERGES, B.; SCARDIGLI. *Sociologie des techniques de la vie quotidienne.* Paris: Harmattan, 1992. p. 69-86.

BRUNET, Roger. Le déchiffrement du monde. In: BRUNET, Roger; DOLLFUS, Olivier. *Mondes nouveaux.* Livre I. Volume I de *Géographie Universelle*. Paris: Hachette-Reclus, 1990.

BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde. Théorie et pratique de la géographie.* Paris: Belin, 2001.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

DAUPHINÉ, André. Espace terrestre et espace géographique. In: BAILLY, Antoine S. (coord.). *Les concepts de la géographie humaine.* Paris: Masson, 1991. p. 43-53.

DEBARBIEUX, Bernard. Le lieu, fragment et symbole du territoire. *Espaces et Sociétés*, Paris: Harmattan, n. 82, p. 13-35, 1996.

DEGA, Jean-Louis. *La conquête spatiale.* Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

FERRAS, Robert. Niveaux géographiques, échelles spatiales. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise. *Encyclopédie de Géographie.* Paris: Economica, 1992. p. 403-421.

GRATALOUP, Christian. Des échelles. *Espaces Temps*, Paris, n. 10-11, p. 72-79, 1979.

HÄGERSTRAND, Torsten. The propagation of Innovation Waves. In: WAGNER, P.; MIKESELL, M. *Readings in Cultural Geography.* Chicago: University of Chicago Press, 1962. p. 365-368.

ISNARD, H. Espace et Temps en Géographie. *Annales de Géographie***,** Paris, n. 525, p. 534-545, 1985.

LACOSTE, Yves. *Unité et diversité du Tiers Monde. I Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain.* Paris: Maspero, 1980.

LÉVY, Jacques. *Le tournant géographique. Penser l´espace pour lire le monde.* Paris: Belin, 1999.

PINCHEMEL, Philippe; PINCHEMEL, Geneviève. *La Face de la Terre. Éléments de Géographie.* Paris: Armand Colin, 3. ed., 1994.

RAFFESTIN, Claude. La diffusion. In: BAILLY, Antoine S. (coord.). *Les concepts de la géographie humaine.* 2. ed. Paris: Masson, 1991, p. 189-193.

SANTOS, Milton. *Le métier du géographe en pays sous-développés.* Paris: Ophrys, 1971.

SANTOS, Milton. Les espaces de la globalisation. In: GEMDEV, Cahier. *Points de vue sur le système monde*, Paris: GEMDEV, Cahier n. 20, p. 161-172, mai. 1993.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, p. 35-39, 1991.

SANTOS, Milton. Raison Universelle, Raison Locale. Les espaces de la Rationalité. *Espaces et Sociétés*, Paris, n.79, p. 129-135, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. 3.ed. Buenos Aires: Losada, 1979.

SCHEIBLING, Jacques. *Qu´est-ce que la géographie?* Paris: Hachette, 1994.

SILVEIRA, María Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Revista Experimental*. Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, n. 2, p. 35-45, mar. 1997.

SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: Fapesp-Laboplan, Universidade de São Paulo, 1999.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J. *Mapping the Futures: Local cultures, Global changes*. Londres: Routledge, 1993. p. 87-119.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005